



desdobrar cidade

leituras da cidade acervo

por **Luíza Coqueiro Alves**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Arquitetura e Urbanismo

Orientado por **Karine Daunfenbach**
e **Luiz Eduardo Fontoura Teixeira**



desdobrar cidade

leituras da cidade acervo

Florianópolis, 2019

sumário

sumário

1_apresentação	7	
2_motivação	9	[pouso e percurso]
O que é um TCC para mim?	9	
Por que o Centro de Florianópolis?	10	
Um pouco sobre esses 6 anos e meio de estudos	13	
3_inquietação?	17	[percurso]
3_temas inquietantes	21	[percurso]
Introdução	21	
O 'lugar do patrimônio' do centro fundacional de Florianópolis	25	
A centralidade fundadora na cidade contemporânea	35	
Memória, direito à memória e cidadania	43	
4_marco conceitual	51	[percurso]
5_proposta	55	[re-pouso]
Desdobramentos e objetivos	55	
Recortes espaciais e temporais	57	
Itinerários e objetivos específicos	65	
6_considerações finais	69	[repouso]
7_referências bibliográficas	71	

E aí, o que é este trabalho?

Este é um trabalho cuja investigação se volta para a centralidade fundacional de Florianópolis-SC, cidade onde vivo desde 2012, quando iniciei meus estudos em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste momento, me limito a dizer que os temas explorados partem do entendimento de que a cidade é um acervo vivo, um apanhado de documentos materiais e imateriais. Neste trabalho, elegi alguns recortes espaciais e temporais do centro histórico¹ de Florianópolis e os explorei a partir das transformações na paisagem – paisagem como acúmulo² de objetos – sem deixar de considerá-los sob o conceito lugar: lugar praticado³ e lugar antropológico⁴. Ainda, para essa área de estudo, foi importante entender os centros fundacionais enquanto lugares da memória coletiva⁵ e que o direito à memória – direito fundamental – integra o próprio direito à cidade⁶.

Também busco entender como as transformações na paisagem do centro entram em consonância ou em conflito com as políticas patrimoniais no Brasil e mesmo o que é ‘patrimônio’, bem como o encontro dessas temáticas com as minhas próprias bagagens afetivas no centro de Florianópolis.

Me limito a dizer apenas isto pela própria dificuldade de enquadrar este trabalho em algum tipo de categoria de trabalhos de arquitetura e urbanismo – muito embora o seja. Isso porque, no princípio, lancei aos meus orientadores a ideia de realizar um produto gráfico, bastante manual mesmo: um apanhado de narrativas da centralidade fundacional experimentadas em colagens, textos e muitas dobras e desdobras.

O resto é um mistério; pelo menos assim o foi em boa parte deste percurso que pretendendo explicar enquanto um processo que não se limita ao tempo de produção do TCC – que se estendeu por 2 anos e meio (metade de um curso de arquitetura e urbanismo? Acho que não). Peço aos leitores que o encarem como um acúmulo de 6 anos e meio de estudos acadêmicos e de vida nesta cidade. Espero que cheguemos a objetivos, conclusões, esclarecimentos e, por fim, a um encerramento deste ciclo.

Ao final do TCC 2, a proposta ganha uma dimensão projetual – ah, então agora a categoria é projeto?! –, se aproximando de um projeto expográfico, mas nem sempre foi assim. Demorou pra ser assim.

¹Segundo ARGAN, 1992, p.79: “[...], não se pode admitir que ela [a cidade] conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo [...] Pôr em discussão a sua historicidade global equivale a pôr em discussão o valor ou a legitimidade histórica da sociedade contemporânea.” O autor ainda afirma que o conceito de ‘centro histórico’ é “teoricamente absurdo”. Neste trabalho, os termos ‘centro’ ou ‘centralidade’ podem aparecer sozinhos ou intercalados com ‘fundadora(a)’, ‘fundacional’, ou mesmo ‘histórico(a)’, mas sempre se referindo ao recorte de ocupação primeira da cidade, onde resiste o traçado urbano português.

²“Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção.” (SANTOS, 1997, p.37 e 38).

³CERTEAU, 2004.

⁴AUGÉ, 2012.

⁵HALBWACHS, 2003.

⁶LEVEBVRE, 2008.

O que é um TCC para mim?

O TCC é o momento do curso no qual a aluna ou o aluno tem oportunidade de assumir seus valores integralmente e se lançar em propor algo que realmente quer, mais do que isso, algo que acredita. A carga de um trabalho final diz muito sobre a(o) acadêmica(o) e a escola, pois abrange desde os anseios mais íntimos até pensamentos partilhados com colegas, professores e parcelas da sociedade civil, bem como o projeto político de educação da faculdade e da universidade. É nesse ponto da graduação que as inquietações afloram mais intensamente, pois é o momento de se encontrar, que consiste em um profundo processo de amadurecimento.

Além disso, acredito no compromisso com a Universidade Pública, PÚBLICA e de qualidade, e que ela possa se refletir em um projeto de cidade, integrando-se cada vez mais a ela. Assumo que sou uma cidadã, um ser coletivo e social, que teve o privilégio de estar em uma instituição pública de ensino superior. Ainda, enquanto mulher, tenho o dever de lutar por uma sociedade que garanta a liberdade de seus indivíduos, livre das estruturas patriarcais e excludentes e dos preconceitos de qualquer natureza.

Acredito na educação como força libertadora, promotora da justiça social e da ampliação de direitos e, mais ainda, **acredito na função educadora que a cidade pode ter**. É sobre esse alicerce que eu lanço meus esforços.

Por que o Centro de Florianópolis?

Florianópolis foi a cidade que me acolheu em um importante momento de formação profissional e cidadã e o centro, para mim, é uma de suas partes mais encantadoras e expressivas, da qual carrego ótimas lembranças. Logo, o primeiro ímpeto do trabalho vem de um movimento interno: a minha afetividade e memória. Sinto na ambiência do centro um poder evocador da história de Florianópolis e da minha própria vivência como moradora daqui. E parece que esses dois sentimentos já não se desassociam. Mais profundamente, a escolha do centro está ligada à carga que essas experiências afetivas têm na construção do meu ser. Quais são as qualidades desse lugar que me proporcionam essa experiência construtiva?

Meu carinho por essa porção específica da ilha se dá pelo encantamento pela sua vida urbana. O sentido de urbanidade é valor intrínseco das centralidades históricas e a urbanidade, por sua vez, é o valor que tem uma rua, um edifício, um conjunto de edifícios, uma ambiência urbana, de ser apropriado pelo corpo. Essa é uma condição que faz com que o centro de Florianópolis seja um lugar de encontro, um terreno de múltiplas expressões coletivas e individuais, genuínas e espontâneas. É o lugar da surpresa, do conflito, das micro resistências e, muito importante, o lugar da alteridade, no qual diante da presença do 'outro' o 'eu' é permanentemente (des)construído. Assim, as minhas vivências no centro construíram parte do meu eu e expandiram o meu respeito e admiração pelo outro, pela diferença. **O centro é o lugar para se reconhecer.**

Mais além do interesse pelo lugar da diversidade, a escolha do centro está intimamente ligada ao seu aporte histórico e identitário: lugar de memória urbana acumulada e continuamente reescrita, a partir das práticas sociais simbólicas desse lugar. O sentido de urbanidade do centro não se dissocia do seu conjunto edificado, das camadas históricas que construíram e modificaram sua paisagem, onde hoje repousam tantas afetividades individuais e coletivas. Ainda, a memória e a identidade locais são importantes fatores que contribuem para o sentimento de pertencimento de um indivíduo ou um grupo a um lugar. **Mais uma vez o centro é o lugar para se reconhecer.**

[pouso]



camadas da 'alteridade' recortadas do centro de florianópolis



camadas do natural e do construído recortadas do centro de florianópolis



o conjunto identitário do centro de florianópolis

Eu queria reiterar que não sou daqui. Na minha cidade também tem centralidade histórica e essa centralidade também tem caráter popular, acessível e democrático, mas, ao mesmo tempo, nunca foi lugar da minha rotina enquanto moradora de lá. O assentamento urbano, por ter se desenvolvido ao longo dos rios, ergueu um núcleo fundacional disperso e a caminhada a pé não alcança vislumbrar toda a beleza da Cuiabá antiga. O calor torna árdua a vivência do centro, que dificilmente toma ares de experiência contemplativa. Se eu tivesse ficado, jamais eu caminharia pelo centro de Cuiabá ao encontro de mim mesma. Depois da experiência de viver em Florianópolis, eu já sou capaz de experimentar a minha própria cidade com mais sensibilidade e mais paixão. É esse carinho que me leva a olhar para essa porção de Floripa, que é **parte do meu eu e de outros tantos.**



figueira da praça XV de novembro: representação viva do acolhimento, 2018. acervo da autora.

a figueira anciã é avó,
bisavó, tataravó

e ainda mãe,
me abraça com muitos braços
suportados por tantas bengalas

Um pouco sobre esses 6 anos e meio de estudos

Durante a graduação, participei do grupo de estudantes que estavam inquietos com o ensino na nossa escola, o GELEA – Grupo de Estudos Livre sobre Ensino de Arquitetura. Nesse momento, aproximei-me um pouco da pedagogia; lemos Paulo Freire, Pedro Demo, discutimos as diretrizes do MEC, a questão do projeto político e pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC – projeto que não existe até então –, bem como os currículos de outras escolas. Buscávamos formular o nosso, e minha participação nesse grupo se estendeu por aproximadamente 2 anos (e o tal currículo não saiu). Foi um aprendizado engrandecedor, que me levou mais tarde à participar do CALA – Centro Acadêmico Livre de Arquitetura –, espaço no qual discutimos pautas políticas do curso, da universidade, da cidade, do país.

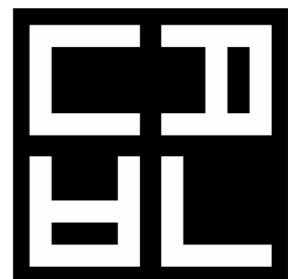
Nesse momento eu já iniciava meu TCC, que foi continuado (ou interrompido?) por um intercâmbio de estudos para Santiago, onde estudei na Facultad de Arquitectura y Urbanismo da Universidad de Chile, e, mais uma vez, eu tive oportunidade de aprender arquitetura e urbanismo ao mesmo tempo em que desvendava uma nova cidade. Não só isso, aprendi questões cruciais sobre as nossas raízes latino-americanas e soube mais ainda reconhecer a importância da universidade pública, porque lá eu pude acompanhar um pouco da luta dos estudantes por um ensino superior gratuito.

Voltei do intercâmbio, continuei meu TCC. Depois decidi me afastar, trabalhei em um loja de brinquedos educativos, na qual reencontrei um lado muito meu, o gosto pela infância, pelo lúdico, pelo montar e desmontar, pelo colocar a mão, sentir texturas e cheiros, pelo jogar. Parece irrelevante, mas foi muito importante para este percurso.

[percurso]



grupo de estudos livre sobre
ensino de arquitetura



centro acadêmico livre de
arquitetura

14

[percurso]
duas cidades



mercado de bio bio, santiago, chile, 2017. acervo da autora.



antigo terminal do centro de florinaópolis, 2016. acervo da autora.

15

[percurso]
apelos formais:
desafio do cubo

todos os caminhos levam a
formas corretas (inclusive a
forma do cubo 3x3)



Não queria usar a palavra inquietação, porque ela parece um ingrediente da receita do bolo de conclusão de curso.

Mas dei uma chance a ela e fiz uma busca no google, procurando definições:

1. estado de inquieto, do que se acha em agitação.
2. estado de preocupação, desassossego, que impede o repouso, a paz, a tranquilidade; nervosismo.
3. ato de preocupar-se com o que está além dos seus conhecimentos; insatisfação intelectual.

fonte: google.com

Imediatamente abracei a palavra inquietação, principalmente os significados 2 e 3.

A tal inquietação – me refiro àquela agitação positiva que faz desenrolar o trabalho – não apareceu no início do meu TCC, lá na metade de 2016, pelo menos não de forma concisa e coerente. Ao final de 2017 concluí um ano e meio de TCC – dois semestres de orientação e um de intercâmbio.

A realização do intercâmbio estudantil para o Chile foi parte deste projeto – devo reconhecer que esse querer viajar sempre foi acompanhado pelo poder viajar, por ter o suporte financeiro, afetivo e emocional de minha família, que me encorajou a realizar o tão sonhado intercâmbio. Aproveito para agradecer-lhes.

Realizar essa viagem seria um importante exercício de percepção e autoconhecimento, favorecendo a construção deste trabalho, a partir do contato com outra cultura tão própria e tão semelhante em outros aspectos:

Viajar, sim, temos que viajar, mas sem fazer turismo [...] o mundo existe na sua diversidade. Mas essa diversidade tem pouco a ver com o caleidoscópio ilusório do turismo. Talvez, uma de nossas tarefas mais importantes seja voltar a aprender a viajar, em todo caso às regiões mais próximas a nós, a fim de aprender novamente a ver. (AUGÉ, 1998, p.16, APUD FREIRE, 2014)

[percurso]

3_inquietação?

18

Foi por isso que elegi o ‘outro’, mais próximo: meu destino sempre foi a América Latina, motivo pelo qual eu renunciei o programa de bolsas Ciências Sem Fronteiras.

Esse intercâmbio, de tão ensaiado, não atingiu a minha expectativa de dar continuidade ao TCC paralelamente aos estudos na nova escola. Eu também não me oportunistei em realmente me debruçar sobre este trabalho.

Apesar de ter acreditado nessa pretensão, o intercâmbio nunca deixou de colaborar para este projeto; nas minhas muitas caminhadas pelas alamedas santiaguinas portei-me com atitude despreziosa e ao mesmo tempo atenta para as surpresas da cidade e com uma curiosidade própria de viajante – a(o) viajante que cita Augé. E naturalmente me apaixonei pela vida urbana de Santiago – vida urbana bastante noturna, perfeita para uma dorminhoca como eu.

Aprender a viajar é uma aprendizagem bastante cara. Há algo de muito rico também em saber transferir o olhar de estrangeira para o meu próprio porto, esse olhar curioso. Saber fazê-lo colabora para a construção deste trabalho e da própria Luíza.

Voltei do Chile e fiquei em estado ‘flutuação’ em relação ao TCC; eu queria fazer tudo mas não sabia o que eu estava fazendo. Encontrei-me em um estado de inquietude e agitação. Não daquelas agitações boas, motivadoras. Era ansiedade mesmo, que me levou a lugar nenhum.

Ao final de 2017, decidi começar de novo. Voltei ao TCC 1, a ferida ainda aberta do trabalho não concluído. Faltou alguma coisa no bolo e não era só inquietação. Ou talvez sobrou inquietação. Recomecei o TCC com outra proposta e na mesma área de estudo, ferida cicatrizando, bolo em preparo. Um ano e meio mais velha, mas ainda no aguardo da maturidade chegar, esta que também faltou para o bolo de conclusão de curso.

Também aproveitei para agradecer imensamente meus orientadores por esta jornada, pela paciência e pelo apoio emocional, e ao grupo de orientandas, pelas experiências compartilhadas.

Agora, que tal falar sobre a inquietação positiva?

19



dias de inquietude cinza: janelas e sacadas fugando por todo lado, para todos os lados. seleção de fotos do acervo da autora.

Introdução

Como já dito, vejo a cidade como um acervo vivo, sendo o centro fundacional o lugar com maior acúmulo de tempos. Esta constatação foi o que moveu este trabalho – e ela não veio do nada, veio de conhecimentos internalizados e vivências próprias, individuais e compartilhadas. A cidade é um grande documento de camadas históricas sobrepostas, de objetos que se somam ao longo dos anos, bem como de milhares de camadas imateriais, tecidas no cotidiano pelos seus usuários. E é vivo porque a paisagem persiste enquanto acúmulo material que resguarda o discurso de outros ciclos, mas, que acima de tudo, mostra-se capaz de se adaptar e se reinserir em novos tempos (LEFEBVRE, 2004).

Nomeei este capítulo de ‘temas inquietantes’. Poderiam ser ‘temas pululantes’, pois surgiram de ideias e dúvidas difíceis de se capturar nessa cabeça de (des)orientanda de TCC. Capturadas tais ideias e dúvidas, as transformei em temas de investigação. Dentre eles, está a busca por entender como colocar em valor – a partir de quais preceitos, de qual fundamentação teórica – o conjunto edificado do centro. Quais são as qualidades desse recorte da cidade que fazem dele esse acervo vivo?

Sobre essa investigação tive algumas considerações primeiras, ainda com pouco aporte teórico que as validasse, considerações de aluna imatura e inquieta:

O conjunto urbano do centro de Florianópolis nem sempre apresenta uma coerência do edificado – coerência estética, pela contiguidade de edificações de uma mesma época e de um mesmo estilo arquitetônico. Essa leitura de ‘conjunto’ é algo que julgo ser altamente atuante no imaginário coletivo, que leva a população em geral a identificar ou não o edificado como ‘patrimônio’. Assim, o poder imagético de uma cidade é mais forte quanto mais extenso e conservado é o conjunto de arquiteturas datadas de um mesmo período. Aqui já abro uma reflexão e uma correção. Essa ‘coerência’, a qual me referi em um princípio, não necessariamente é feita de edificações de mesma linguagem e época: muitas cidades apresentam arquiteturas diversas que contribuem igualmente para a ambiência urbana, ou seja, essa ‘coerência’ é mais forte quando a leitura da malha urbana permite uma noção de contiguidade (não necessariamente de homogeneidade). Poderia começar a falar de Kevin Lynch para tentar dar suporte ao enunciado mas não é nisso que me preocupo ater.

[percurso]

Por outro lado esse poder imagético das ‘arquiteturas históricas’ também é fortemente presente em edificações isoladas que funcionam como marcos na cidade (poderia, de novo, chamar o Lynch), seja pela monumentalidade, implantação no lote, entorno, etc. Em Florianópolis podemos citar várias que figuram como metonímias no imaginário coletivo: são edifícios que representam o centro histórico, a cidade e, principalmente, o patrimônio material e, indo mais além, o imaterial. Na verdade, a noção de patrimônio edificado acaba se reduzindo a essas arquiteturas, excluindo o valor de edificações mais modestas e do conjunto urbano como totalidade. Algumas delas são: Palácio Cruz e Souza, Mercado Público, Casa da Alfândega e Igreja Matriz. Poderia citar outras, mas estas são as que apresentam mais força no meu imaginário. Ainda, justificada a força imagética dessas edificações, elas são constantemente reforçadas pelo poder público e privado como monumentos – cartões postais – de Florianópolis. Não estou julgando o papel que essas arquiteturas desempenham no conjunto urbano, mas a noção de ‘patrimônio’ do senso comum, reiterada pelo discurso midiático.

No entanto é justamente pela sobreposição das camadas históricas – a aparente ‘incoerência do edificado’ – que repousa seu status de acervo. Os ciclos de desenvolvimento e abandono pelos quais a cidade passou destruíram e ergueram arquiteturas com discursos distintos. Isso é muito rico e atrai meu interesse pois cada paisagem é um acúmulo de objetos¹ que correspondem a diferentes pontos na história e na evolução da cidade, mas que repercutem vivos no presente.

Também foi tema de investigação entender como se insere o centro fundacional de Florianópolis na cidade contemporânea, seja enquanto receptáculo da vida urbana, lugar onde o corpo resiste em seus espaços de trânsito e permanência, seja como lugar de memória urbana também. Como seguem resistindo os centros fundacionais enquanto materialidade e memória? É possível afirmar que existe uma continuidade do *sentido histórico* do lugar?

Já as questões relacionadas à reprodução da memória local – memória urbana e coletiva ou até mesmo os processos subjetivos da construção da memória individual – e o acesso a ela surgiram como temas de reflexão a partir de experiências no intercâmbio, quando eu vivenciei a cidade a partir de experiências verdadeiramente educadoras ou civilizatórias.

¹A paisagem compreende dois elementos: os objetos sociais, que são testemunhas do trabalho humano no passado e no presente, bem como os objetos naturais, que nunca foram tocados pelo homem (SANTOS, 1997, pág. 37). A própria paisagem natural do centro de Florianópolis, cuja expressão maior são o mar e o morro, já não corresponde a um acúmulo de objetos naturais para Santos, já que se encontra condicionada à ação humana.

CIDADE
ACERVO?

O SENTIDO
DO LUGAR

DIREITO À
MEMÓRIA

temas de investigação
[percurso]

catedral metropolitana:
marco visual e referencial
da cidade



torres da catedral metropolitana de florianópolis, 2018. acervo da autora.

24



seleção de fotos do acervo da autora.

3_temas inquietantes

25

O 'lugar do patrimônio' do centro fundacional de Florianópolis

Para entender o valor desse 'acervo' que eu considero o centro fundacional de Florianópolis foi necessário entender a questão patrimonial no Brasil e as mudanças de perspectiva do IPHAN em relação ao tombamento das cidades brasileiras.

A história das políticas patrimoniais do Brasil e do IPHAN² se inicia na década de 30, com a conservação de certas cidades em detrimento de outras. Foram alvo de tombamento os conjuntos urbanos que, segundo valores da época, colaboravam para a formação de uma identidade nacional – cuja representação arquitetônica era a colonial – e apresentavam unidade e excepcionalidade. Ouro Preto foi a primeira cidade a ser reconhecida como patrimônio arquitetônico e artístico, permanecendo como uma unidade estética desde seu tombamento, mesmo antes do surgimento do IPHAN – Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional em 1933 e a criação do IPHAN foi em 1937. À época, outras cidades brasileiras, mesmo Florianópolis, também tinham áreas contíguas onde se apreciava essa 'unidade estética', talvez não com tantas edificações de valor arquitetônico excepcional como Ouro Preto. Mas Florianópolis era uma cidade fora do principal eixo econômico do país e, mesmo por muito tempo sendo uma cidade portuária, a capital de Santa Catarina nunca foi muito articulada às políticas nacionais de sucesso, sendo que, a partir dos anos 50, outros portos se tornaram economicamente mais relevantes no estado. Ainda, apesar da construção de um sistema defensivo de fortalezas bastante particular, Florianópolis foi um polo militar sem glórias, algo que não agrega no fortalecimento de uma identidade nacional. Principalmente, a cidade não apresenta tantas arquiteturas correspondentes à riqueza econômica das cidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados que fomentaram a economia brasileira durante muitos anos, sobre os quais o ideário de 'brasilidade' se constituiu (NASCIMENTO, 2016).

O surgimento do IPHAN, posterior ao reconhecimento de Ouro Preto como Monumento Nacional, seguiu o exemplo dessa cidade na elaboração de políticas patrimoniais em todo o território brasileiro. Eram admitidos como patrimoniais os edifícios isolados e conjuntos com mesma unidade arquitetônica, havendo o predomínio do reconhecimento do valor estético sobre o histórico e tecnológico (PEREIRA, 2016). Tampouco havia uma clara noção do patrimônio cultural. A política adotada pela instituição nos processos de tombamento – desde à época de sua fundação e nos 30 anos seguintes, com claras repercussões até os dias de hoje – identificava as repre-

² Utilizo o nome atual do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instituição surgiu com o nome de SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até 1946. Para esse trabalho não é relevante mencionar as mudanças de nome da instituição ao longo dos anos.

sentações do espaço como monumentos. Daí surge o conceito de cidade-monumento:

Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. (SANTANNA, 1995 apud PEREIRA, 2016)

Fica claro que as cidades-monumento não são abertas nem a sua própria continuidade histórica e como o próprio termo já explicita, há uma supervalorização da componente estética em detrimento das componentes sociais e econômicas. Assim, a própria política do IPHAN impulsionou novos usos e atividades que começaram a se desenvolver nas cidades-monumento, em especial o turismo e o mercado imobiliário. Lamentavelmente, os conjuntos patrimoniais conservados sob tal concepção correm o risco de morrer enquanto documentos vivos³ que resguardam a continuidade das práticas sociais características dos centros fundacionais brasileiros, minando as possibilidades reais de conservação da identidade e da memória regional e nacional. As cidades-monumento correm o risco de se tornarem acervos mortos, cujas arquiteturas estão cristalizadas – processo de museificação.

Por um longo período, a política patrimonial primeira do IPHAN se restringiu a alguns recortes territoriais e temporais de uma vasta produção brasileira e, conseqüentemente, selecionou o que é ou não patrimônio. Infelizmente, a construção e reprodução da memória segue excluindo partes da nossa própria história. Essa exclusão se dá em parte pelo histórico das políticas patrimoniais no país entre os anos 30 e 80 e a tarefa de resgatar e colocar em valor a memória esquecida é árdua, pesando para os grupos sociais historicamente esquecidos – indígenas, negros e pobres.

A partir dos anos 80, no momento de reabertura política, acompanha-se uma demanda por proteção e ampliação dos bens patrimoniais, bem como por uma compreensão mais ampla do que é patrimônio, a fim de que este prestigie mais camadas sociais e abranja aspectos culturais para além dos bens materiais. No que se refere à salvaguarda de objetos arquitetônicos e conjuntos urbanos, o IPHAN passa a utilizar argumentos do campo disciplinar da história para justificar a seleção do patrimônio para além dos cânones da excepcionalidade. Essa nova perspectiva assume de maneira mais

³Os núcleos fundadores continuam inseridos no curso da história a partir das possibilidades de uso e apropriação do lugar. Assim posto, as centralidades históricas não podem ser interpretadas como lugares que representam um tempo histórico encerrado, muito embora ainda se insista nesse tipo de representação.

abrangente a paisagem total, colocando em valor a heterogeneidade de edificações e conjuntos modestos como importantes documentos que resguardam a evolução da cidade. Esse conceito, cidade-documento, explorado por Sant’anna (1995) conforme citado por Pereira (2016), foi aplicado pela primeira vez em Laguna e trouxe luz a este trabalho. Sob tal conceito, o tombamento de Laguna inaugurou uma nova perspectiva sobre o patrimônio e abriu frente para a ampliação de cidades tombadas no território brasileiro. O principal argumento utilizado para a sua conservação é a importância enquanto documento que o seu centro histórico desempenha:

Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. (...) Creemos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis e embora estes tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude da sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (Processo de Tombamento de Laguna, IPHAN, 1985 apud PEREIRA, 2016)

O entendimento dos bens culturais como fontes históricas possibilita a proteção de arquiteturas e principalmente conjuntos modestos que dificilmente teriam oportunidade de preservação dentro do conceito de excepcionalidade, conforme se determinava pela legislação de tombamento (NASCIMENTO, 2016). No entanto, o sucesso dessa política teve curta duração e a seleção dos bens patrimoniais sob o preceito de documento acaba sendo uma prática suplantada pelas dificuldades que a instituição passou nas décadas seguintes.

É importante elucidar que eu não conheço Ouro Preto e pouco conheço Laguna. Tampouco estudei a fundo essas cidades e, portanto, eu não posso fazer um juízo de valor sobre a ‘continuidade’ ou ‘ruptura’ do que tenho entendido como sentido histórico do lugar⁴. A ideia aqui é entender os conceitos pelos quais se deu o tombamento de ambas e como eles colaboram para o trabalho. Assim, eu entendo que tanto o tombamento quanto o conceito pelo qual ele é justificado não são suficientes para garantir a continuidade dessa vida urbana plural e popular comum das centralidades históricas brasileiras, sendo necessárias outras políticas públicas para assegurar-las.

⁴Para Argan (1992) e Lefebvre (2008), o sentido da cidade está na obra – a cidade é obra perpétua dos habitantes e seu sentido prevalece no valor de uso. No contexto das centralidades brasileiras (e latino-americanas), o valor de uso se expressa nas atividades populares, no comércio e nos serviços, nos rituais e costumes, naquilo que é marginal e ordinário também – marginal e ordinário conforme De Certeau (1994) –, bem como no conflito de grupos que disputam o centro das cidades.

O declínio do IPHAN levou à elaboração de políticas patrimoniais que surgem das gestões municipais e estaduais. Estas, por sua vez, seguem um modelo de ‘proteção’ que se orienta na museificação dos imóveis patrimoniais, através da comercialização de sua história e de seus marcos espaciais e temporais. Essa prática, cujo resultado San’tanna (2004, apud PEREIRA, 2016) se refere como ‘cidade-atração’, começa a ser vista como uma fórmula para recuperação do patrimônio histórico de muitas cidades. Nesse quadro, o patrimônio edificado em áreas centrais se insere em um campo de conflitos relacionados ao valor da terra, sendo avaliado pela sua localização e inserção no tecido urbano, como também pelo seu valor artístico e arquitetônico e pela sua representação de objeto de história e memória local. Logo, o seu valor simbólico e sua função memorativa são usados pelo mercado imobiliário como apelo propagandístico.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, os conjuntos e edificações modestas, cujo valor artístico é pouco reconhecido, dificilmente são utilizados pelo mercado imobiliário sob o discurso do ‘resgate’ ou da ‘valorização’ do patrimônio e, portanto, são menos resistentes no tempo, tendendo a desaparecer. Muito comumente, para esses casos, existe o abandono do poder público e, conseqüentemente, a desvalorização do preço da terra de grandes áreas bem inseridas na rede urbana. Assim, o mercado imobiliário facilmente toma amplas áreas da cidade e se apoia em um discurso calcado em ‘melhorias urbanas’ ou ‘revitalização’ para tornar legítima a sua presença nesses locais, quase sempre acompanhada pelo poder público.

Esse tipo de estratégia mercadológica, que ganhou força nos anos 90 (a exemplo, temos o ‘open shopping’ da Rua Vidal Ramos no centro de Florianópolis), segue tendo seu discurso reciclado e aplicado. Mais recentemente, se acompanha na porção leste da praça XV o projeto ‘Centro Sapiens’, iniciativa que se apoia no discurso da ‘indústria criativa’ para tornar essa porção da cidade um ‘polo de turismo, gastronomia, artes, design e tecnologia’ (SAPIENS, 2016). Tal projeto representa uma ameaça às atividades próprias dessa parcela da cidade, que ali se instalaram e se desenvolvem há anos.

Diante do exposto, para este trabalho, **a cidade documento se transfigura na ‘cidade-acervo’**, e esta, por sua vez, é a cidade na qual se aprecia a continuidade da vida urbana – se entende por vida urbana aquela que abraça as atividades e camadas populares, principalmente porque estas são marcas deste país e de sua verdadeira história. Assim, a cidade acervo cumpre com uma missão educadora, sendo capaz de ampliar o sentido de cidadania justamente por ser lugar de resistência e de garantia do direito à vida urbana.



ouro preto. fonte: viajarreviver.com.br



laguna. fonte: viagensecaminhos.com

E FLORIANÓPOLISH?!

O centro fundador de Florianópolis se insere no contexto da cidade acervo. É possível elencar alguns aspectos que dão continuidade ao seu status de centralidade – centralidade enquanto aglomerado de comércio e de serviços públicos e privados, bem como de parcela da cidade de maior expressão da vida urbana – e de lugar de memória:

- O recorte fundacional – parcela que originalmente concentrou a praça central, a Igreja Matriz, as instituições públicas e o comércio – bem como a relação desse assentamento urbano com sítio. Cabe ressaltar que esses elementos são componentes da ocupação portuguesa, de importância para o reconhecimento da identidade e memória local e nacional.
- A permanência de algumas instituições públicas – ainda que muitas delas tenham se deslocado para outros pontos da cidade (inclusive na própria área central, em área de aterro, distanciadas do recorte fundacional), o que em certa medida faz com que o centro fundador não tenha mais a mesma dimensão de centro político e administrativo de outrora.
- A permanência das atividades populares e do corpo em seus espaços de trânsito e permanência, lugares onde se expressa a vida cotidiana, os eventos e os rituais urbanos – atividades estas que também configuram a identidade da centralidade fundacional de Florianópolis.
- O maior terminal de ônibus da cidade e região metropolitana, que mantém e reforça o centro como local de chegadas e partidas e de cruzamento de itinerários.
- Aspectos da cidade-documento: há uma variedade de camadas históricas materializadas no centro que devem ser assimiladas enquanto conjunto identitário, ainda que muitos aspectos da paisagem local – incluindo o mar e o morro – tenham sido perdidos.



(des)continguidade do conjunto. foto tirada desde largo da catedral entre 1920 e 1930 mirando a fachada a leste da praça XV. casa da memória.

Histórico das políticas patrimoniais no município de Florianópolis

Apesar do tombamento das fortalezas da Ilha de Santa Catarina a nível federal, em 1930, o início das políticas patrimoniais em Florianópolis se iniciou somente em 1974, com a promulgação da legislação municipal de tombamento, que também criou o órgão municipal de preservação – SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município. Essa foi a primeira iniciativa a nível municipal de proteção ao patrimônio no Brasil.

Nos anos 80, o SEPHAN foi transferido para o IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Nesse momento o conceito de preservação foi ampliado – isso já na concepção do IPHAN, como antes exposto – e passou a considerar o tombamento e preservação não apenas de marcos pontuais – edificações monumentais e excepcionais – mas também dos conjuntos urbanos e da sua ambiência. Foi em 1985 que foram delimitadas Áreas de Preservação Cultural em Florianópolis (APCs), sendo que grande parte do centro da cidade – o núcleo fundacional – está incluída nesse tipo de zoneamento.

Já em 1993, foi criado o Projeto Renovar que estimulou ações de recuperação do casario patrimonial, despoluição visual e reestruturação do espaço público. Além desta ação, atualmente, existe o incentivo por parte da prefeitura para viabilizar a manutenção dos edifícios de interesse patrimonial a partir da redução do IPTU em até 100%. Também é possível que o proprietário se utilize do instrumento de transferência do índice de construção para que se preserve a escala dos conjuntos urbanos.

É interessante recuperar o fato de que a ocupação do litoral catarinense está vinculada às navegações no Atlântico Sul, sobretudo pelas expedições espanholas, e também à expansão do território português na América Meridional e que, nesse contexto, o litoral catarinense se tornou um território importante diante das disputas quanto à localização da linha do Tratado de Tordesilhas. Na segunda metade do século XVII, foram fundadas as povoações de Nossa Senhora do Desterro, São Francisco do Sul e Laguna. Entretanto, a preservação dos núcleos fundacionais da ilha – as freguesias – não foi efetuada pelas políticas patrimoniais no âmbito federal, que é o caso de Ouro Preto e Laguna, cujo contexto da ocupação primeira foi o mesmo de Florianópolis.

A APC consiste em um zoneamento sobreposto ao uso do solo, na qual são definidos procedimentos específicos para a preservação dessas áreas. Junto a essa política, também foi realizada a proteção de edifícios de valor patrimonial através de decretos de tombamento, seja de imóveis individuais ou de conjuntos urbanos.

As informações sobre as políticas de preservação patrimoniais referentes ao município de Florianópolis foram extraídas da Sessão 'Patrimônio Histórico 1. Diretrizes Básicas', do Plano Diretor.

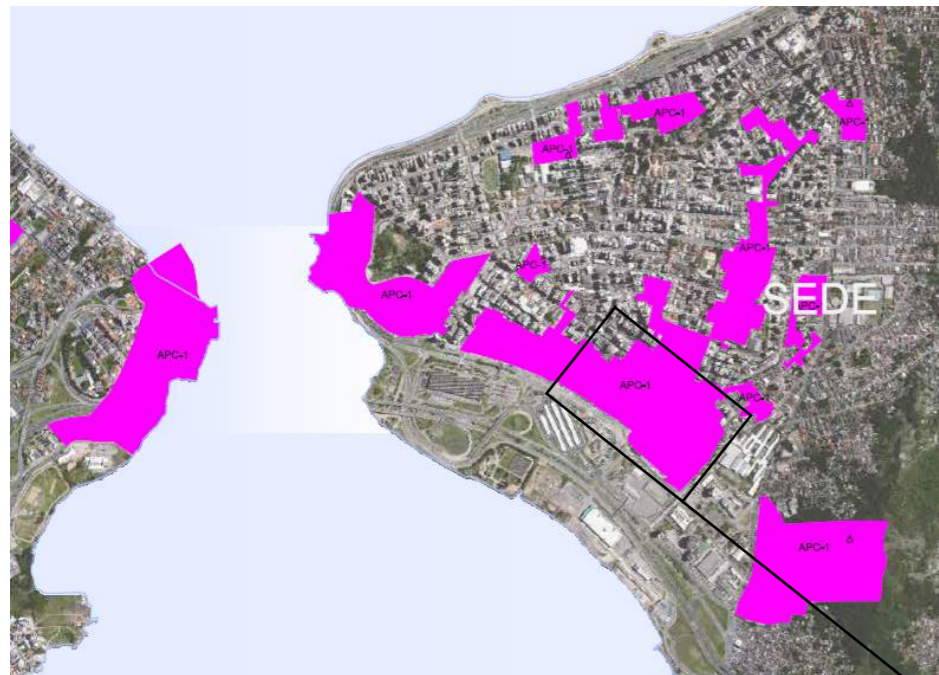


imagem extraída do mapeamento de APC's do plano diretor de florianópolis.

no zoneamento do plano diretor, é possível verificar que o núcleo fundacional foi abarcado como área de preservação cultural



[área patrimonial]

pedras portuguesas e paralelepípedos, praça XV de novembro, florianópolis, 2017. acervo da autora.

A centralidade fundadora na cidade contemporânea

A cidade contemporânea é marcada pelas intensas transformações em curtos períodos de tempo, bem como pela supressão do corpo em seus espaços de trânsito e permanência: o corpo é perturbado por uma experiência urbana acelerada e pela quantidade de objetos e informações que lhe rodeia. Essa aceleração se expressa nos ritmos e deslocamentos cada vez mais rápidos, na necessidade de locomoção, no excesso de referências visuais, bem como na multiplicação das escalas espaciais. O tempo – a noção de passagem do tempo – também é acelerado por um grande volume de informações escoado pelos meios de comunicação em massa e pela facilidade de acesso das pessoas às mais diversas tecnologias.

As transformações nas categorias de ‘tempo’, ‘espaço’ e ‘indivíduo’ implicam em uma massificação dos modos de vida e caracterizam a chamada supermodernidade⁵ (AUGÉ, 2012), que por sua vez é geradora de ‘não lugares’.

O autor afirma que são não lugares por excelência os locais de passagem: aeroportos, rodoviárias e terminais, vias expressas, (pág. 36), que são espaços marcados pela efemeridade e provisoriedade. Assim, é possível afirmar que é o modo como usuários se apropriam do espaço que faz dele um lugar antropológico: quanto mais vínculos relacionais tem as individualidades e a coletividade com esse espaço, mais camadas simbólicas são agregadas, atualizando o seu status de ‘lugar’⁶.

Já Lefebvre (2004) se debruçou sobre a cidade capitalista – na transformação da ‘cidade-obra’ em ‘cidade-produto’. “*Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar*”, sendo que centralidade capitalista “*se instala com predileção nos antigos núcleos*” (pág. 130). Assim, é reiterada a condição de lugar de encontro das centralidades fundacionais pelo aglomerado das coisas, ainda que o espaço do núcleo antigo tenha se transfigurado em espaço a ser consumido. No entanto, o valor de troca, presente nas mercadorias, não é capaz de dominar a prática social, pautada nos costumes e no valor de uso, que resiste irreduzivelmente⁷: a cidade “*só tem sentido como obra, como lugar de livre fruição*” (pág. 82). Assim posto, também é possível aferir que é o valor de uso que as pessoas dão a um espaço que faz dele o ‘lugar antropológico’ de Augé.

⁵ A supermodernidade é caracterizada pelas figuras de excesso: superabundância factual, superabundância espacial e individualização das referências, correspondendo às categorias de tempo, espaço e indivíduo, respectivamente.

⁶ Da mesma forma, qualquer ‘lugar’ pode vir a ser um ‘não lugar’, um lugar efêmero, provisório, não identitário e não relacional, a partir da perda dos vínculos entre pessoas e espaços.

⁷ Segundo Lefebvre, 2008, pág. 118: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada” [grifo do autor]. Valor de uso e valor de troca se encontram combinados nas centralidades históricas – renovadas e transformadas –, sem que a apropriação seja substituída por domínio. Ao reunir uso e troca, a oposição entre esses valores é superada (pág. 132 e 133).

Conforme exposto, as centralidades históricas permanecem como resistências, pois nelas o domínio do corpo prevalece, o que permite o encontro e a surpresa. (LEFEBVRE, 2004). Se a experiência do corpo é capaz de gerar laços mais fortes com o espaço e com as demais individualidades e grupos que o ocupam, o contexto espacial se torna muito importante para a construção da memória afetiva – individual ou coletiva –, pois um grupo ou um indivíduo não recordam cenas ou pessoas sem o apoio dos objetos (HALBWACHS, 2003). Portanto, existe uma relação de influência mútua entre um grupo e o lugar no qual ele está inserido: a memória repousa na paisagem e nas consciências individuais e coletivas.

Assim, os centros fundacionais, lugares de acúmulo de objetos e de experiências, podem ser caracterizadas como lugares de memória, que também são históricos e identitários. A componente identitária retoma a ideia de que as espacialidades e a paisagem são únicas, não reprodutíveis e características de uma localidade, o que a reforça como lugar de memória, pois ela contém elementos singulares, construídos por uma história própria e por práticas sociais próprias. Ainda, como já exposto, se o espaço é imprescindível para a evocação da memória, de cenas e de pessoas, é legítimo dizer que o lugar de memória é também um lugar relacional.

Já segundo De Certeau (1994), o lugar se realiza no momento em que é vivenciado; quando ocupado, ele é imediatamente ativado e passa a ser um ‘lugar praticado’. Para o autor, o ‘lugar’ implica ‘estabilidade’ e pode ser relacionado àquele projetado pelos planejadores urbanos. Já a transformação do ‘lugar’ em ‘espaço’ – “*em suma o espaço é um lugar praticado*” (pág. 202) – implica ‘efemeridade’, pois está relacionada diretamente ao momento do uso e das práticas sociais, momento esse que pode ser definidor do ‘lugar antropológico’ de Augé. Tanto as práticas cotidianas como os eventos que se desenrolam na cidade consistem em acontecimentos que têm sua própria temporalidade, acarretando em espacialidades singulares. Assim, esses momentos são capazes de atualizar os espaços urbanos e dotá-los de sentido, abastecendo a cidade de uma energia renovadora.

Notas da autora:

O centro é um lugar relacional pois as oportunidades de trocas afetivas são possíveis mesmo nas trocas econômicas e nas próprias necessidades capitalistas. Por exemplo: eu adoro ir no centro comprar cacarecos (e também coisas úteis) para casa. A loja Millium e o slogan ‘tem de tudo’ – ainda que não seja verdade, tá? – tem um lu-

gar cativo na minha memória de moradora de Florianópolis, porque no momento em que eu me mudei pra cá eu precisei pisar naquela loja e nunca deixei de ser cliente. Também não sai da minha cabeça, uma vez rememorada, a voz singular do senhor que vende agulhas pra fogão em frente à loja. E tem a tia que vende 4, 5 ou 6 panos por R\$10, com pouquíssimo entusiasmo.

Além do mais, ‘tem de tudo’ é um slogan que sintetiza a própria essência comercial dos centros urbanos: tem agulha pra fogão (que depois de muito eu fui entender que é um acendedor manual para fogão a gás), raquete elétrica pra mosquito, 5 panos por 10, conjunto de chaves sextavadas (um dia você vai precisar), fantasia pro carnaval, saco pra aspirador de pó, brinquedos eróticos, carregador de celular com fios quilométricos, meias felpudas pro inverno, chapéu de guarda sol pro verão e se você busca serviços é possível encontrar até mandinga pra trazer a pessoa amada de volta em 3 dias.

Ainda mais relacional pelas atividades de lazer, muitas delas gratuitas, que a população de Florianópolis encontra no centro da cidade – e que poderiam ser ainda mais ampliadas. Relacional no momento do descanso, quando o trabalhador merece um repouso sob a figueira da Praça XV. O aglomerado das coisas permite isso. Principalmente: o domínio do corpo no espaço permite isso.

Também, o centro figura no imaginário urbano como um lugar identitário da cidade, no qual o meu sentimento de pertencimento à Florianópolis se apega. Não só o meu; as múltiplas afetividades reconhecem a importância da representação do espaço para a memória individual e coletiva, ainda que de forma inconsciente.

E o centro é um lugar histórico: ele contém objetos remotos, ‘representantes da cidade antiga’ – ainda que alterados. É histórico também porque continua inserido no curso dos tempos, pelo que eu afirmo como ‘continuidade’ ou ‘persistência’ do sentido do lugar, a partir das atividades populares e do próprio conflito (coexistência ou choque) de grupos que ocupam seus espaços. A história confirma a vocação desse lugar.

Finalmente, a cidade-acervo pode ser reivindicada sob uma rede de conceitos que expressam a sua própria complexidade e importância. Ela é relacional, histórica e identitária, lugar do encontro e da surpresa, lugar de urbanidade e de memória urbana, bem como lugar de expressão do direito à cidade.

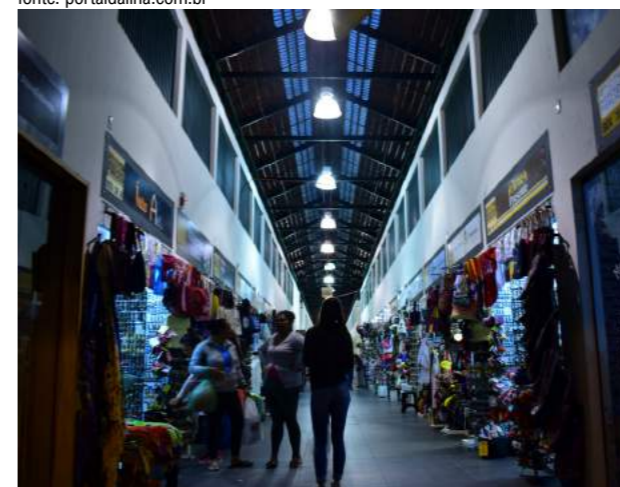
Sobre continuidades e discontinuidades:



por dentro do cartão postal: cobertura do vão central do mercado público, 2017. acervo da autora.



por dentro do cartão postal: pouco antes da cobertura, foto sem data. fonte: portaldailha.com.br



por dentro do cartão postal: a ala norte do mercado público, 2018. acervo da autora.

janelas sufocadas: novas historicidades ocultando antigas historicidades

há uma ruptura com o 'sentido' do mercado público, que foi concebido como um vão aberto; uma via urbana, lugar de passagem e de apropriações espontâneas. depois da construção da cobertura, o vão passou a ser um espaço de ocupação mais elitizada

nesta foto, provavelmente registrada pouco antes da anterior, já é possível ver a mudança do piso, parte do projeto de reforma do mercado, quando a cobertura foi adicionada. destaque para as mesas organizadas ortogonal e simetricamente, quase de forma ortodoxa

manutenção das atividades populares na ala norte do mercado público, a despeito das mudanças ocorridas após a construção cobertura no vão central e do processo de gentrificação acompanhado por ela



mercado público, foto não datada, provavelmente entre os anos 70 e 80. casa da memória.



capoeira no vão do mercado público de Florianópolis, 1991. fonte: jocapoeira.com

continuidade do passeio
por entre a arquitetura;
quando a foto foi tirada,
ainda passavam carros
pelo vão do mercado. logo,
o largo da alfândega e o
vão do mercado passam a
ser espaços apenas para
o trânsito (e permanência)
dos pedestres

capoeira chamou:
chegou para lutar

o emprego do tempo
sobre o espaço acontece
na temporalidade da roda
de capoeira e na estética
própria dos grupos
resistentes. lugar praticado
e atualizado, segundo De
Certeau (1994)

na foto também é possível
ver a rua de paralelepípedo,
padrão que ainda tem
resquícios no núcleo
fundacional de Florianópolis



venda de peixe na parte externa do mercado público, 1921. casa da memória.



venda de artigos variados na parte externa do mercado público, 2018. autor: victor giuliano.

mercados informais na
parte externa da ala sul e da
ala norte, respectivamente.
a presença dos
comerciantes de rua em
torno do mercado público
é identificada como uma
continuidade histórica

Memória, direito à memória e cidadania

A cidade educa através das suas instituições, da carga simbólica do seu espaço construído, do conflito de classes e de grupos também. Quanto mais viva e experimentada é, mais ela atinge sua função social de exercício da cidadania. Uma cidade que se utiliza para satisfazer necessidades momentâneas, individualizadas, pautadas em atividades e ações instantâneas (sucumbindo à supermodernidade), está longe de ser educadora – educadora e libertadora. Do contrário, ela deve promover uma experiência urbana na qual exista possibilidades de encontro e comunicação, bem como o confronto de condições de vida, capaz de construir (ou reconstruir) consciências individuais e coletivas. Assim, o processo de apreensão da cidade e dos espaços coletivos se torna cada vez mais elucidativo, pois somente a clara compreensão da realidade concreta – a realidade urbana⁸ – permitirá tanto ao indivíduo quanto ao coletivo uma projeção da forma de sociedade que melhor corresponda a seus anseios. Isso significa que um projeto cidadão só se faz possível a partir da ampliação da coletividade e dos espaços sociais, nos quais se aprecia a alteridade e se confronta o outro.

Os espaços da coletividade e o seu entrono construído, além de lugares de encontro (e confronto), devem ser reivindicados enquanto lugares de memória. Nos núcleos antigos, principalmente, o conjunto edificado se constitui de objetos que evocam a memória passada, mas que também são presenças contínuas pois neles se apega a memória presente e cotidiana, individual ou coletiva. Assim, para esse trabalho, os núcleos fundacionais, além de lugares da alteridade, são lugares da memória urbana, pois ela está resguardada em suas arquiteturas e espacialidades, bem como nos grupos diversos que deles se apropriam. Essencialmente são lugares de comunicação:

Entendida como um sistema de comunicação visual, mesmo a mais moderna das cidades modernas pode ser um museu, enquanto o museu como centro vivo da cultura visual é um componente ativo do estudo e do desenvolvimento da cidade. (ARGAN, 1992, pág. 81)

O autor também esclarece o uso do termo museu:

É um termo do qual não se deve ter medo, contanto que o museu não seja considerado um depósito ou um hospício de obras de arte, mas sim um instrumento científico e didático para a formação de uma cultura figurativa. (pág. 81)

⁸Lefebvre (2008)

Também é lícito aferir que os núcleos fundacionais são lugares de comunicação entre os grupos que o ocupam e entre eles e o resto da cidade, pois ela é o terreno de expressão de suas manifestações próprias, cujas linguagem e estética também são próprias. Essas práticas podem ser entendidas como temporalidades que animam e atualizam os territórios das cidades e, seguramente, ocupam espaço cativo na memória de muitos usuários dos centros urbanos. Na formulação de tais memórias, lugar e tempo, território e prática, não se desvencilham.

Dito isto, o ‘lugar de memória’ é aquele onde se preserva o conjunto edificado com as suas manifestações espaciais e também onde se vive e se celebra a memória dos grupos que o ocupam.

Agora, voltando ao tema do patrimônio, aquilo que assim é considerado pode ser dotado de conteúdos estéticos, artísticos, etnográficos, documentais, políticos-ideológicos, religiosos, etc., sendo que os valores que legitimam um patrimônio como tal são resultantes de objetificações⁹ (que são valores julgados pela altocultura, pelos pesquisadores, arqueólogos, historiadores, arquitetos, etc.), bem como de subjetificações. A figuração do espaço nos processos de formulação e evocação da memória é, por exemplo, uma subjetificação que traz valor a esse espaço, pois a memória – individual ou coletiva¹⁰ – adiciona camadas de sentido ao lugar. Assim, na contemporaneidade, o valor dos objetos está muito mais relacionado às subjetificações, ou seja, aos valores, muitas vezes afetivos, que os indivíduos e a coletividade lhe dão.

Mesmo nos processos de subjetivação há um certo consenso sobre quais são os lugares e marcos espaciais que são mais significativos em uma cidade para um ou mais grupos, sendo que a ‘eleição’ desses lugares está relacionada às características que o tornam apropriáveis para as expressões da coletividade, para as trocas, pelo corpo. O poder imagético dos edifícios, ruas, conjuntos e paisagens colabora para a fixação das memórias, o que torna o núcleo antigo, comumente, o lugar mais simbólico de uma cidade, pois esse ‘poder imagético’ está relacionado com a qualidade das suas ambiências urbanas e do seu conjunto edificado. Acima de tudo, os centros históricos são lugares de reprodução da memória¹¹, que, por sua vez, é um processo espontâneo e também direcionado, existindo um certo grau de consenso que retifica a necessidade de certos bens da cidade serem conservados em detrimento de outros que não são postos em valor. Aquilo que é reconhecido como ‘identidade’ de um lugar – marcos espaciais, práticas do espaço, etc. – flutua nesse consenso comum.

⁹ ‘Objetificar um patrimônio’ significa que este é entendido pela altocultura como uma documentação, ou seja, objeto de estudo dos modos de fazer e das técnicas de uma sociedade ou mesmo um grupo inseridos em um tempo e um espaço. Essas técnicas carregam uma bagagem e mesmo um designio estético, ou ainda podem ser imbuídas de conteúdos ideológicos e religiosos.

¹⁰ Se vivemos em sociedade, logo, compartilhamos sistemas de valores com um ou mais grupos, bem como também falamos uma linguagem comum e desenvolvemos formas também comuns de se comunicar e de apreender o espaço e os acontecimentos. “O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, pág. 72). “Portanto, qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva” (pág. 62).

¹¹ Aqui o termo ‘memória’ é uma aproximação semântica ao que Halbwachs (2003) define como ‘história’. A memória coletiva vive no presente e se sustenta na continuidade do grupo que a contém. Já “A história é a compilação de fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (pág. 100), sendo que os acontecimentos são selecionados pelos grupos dominantes que formulam uma história ‘universal’ ou única para cada contexto.

Ainda, cabe dizer que é graças à estabilidade dos objetos e da sua disposição espacial que as memórias perduram ou se fixam no cotidiano das pessoas: “[...] é justamente a imagem do espaço que, em função da sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afóra e encontrar o passado no presente” (HALBWACHS, 2003, pág. 189). Assim, a conservação de alguns espaços e conjuntos urbanos, em especial nos núcleos antigos, não deve ser baseada apenas na compreensão de que esses lugares e objetos contêm ou são documentos históricos (que é uma objetificação), mas sim parte de cada indivíduo¹² que vive a cidade. Mais ainda, os centros fundacionais, além de acervos documentais, devem ser compreendidos como legados da cidade antiga repercutindo na cidade hoje – essa cidade há muito já identificada em crise, por autores como Argan e Lefebvre – e a sua sobrevivência serve de reflexão sobre os desdobramentos da expansão da cidade contemporânea.

Também, mesmo em relação ao patrimônio que é ‘eleito’ pela altocultura, existe reconhecimento e legitimação por parte da coletividade; o valor documental de um objeto, por exemplo, pode adquirir uma carga simbólica a partir de sua divulgação e internalização na cultura de um povo. Logo, se, por exemplo, um arquivo histórico (cujo valor primeiro é documental e em segunda instância simbólico) se incendia, o sentimento de perda não se limitará aos estudiosos e investigadores que construíram o arquivo ou dele se utilizam, mas também à coletividade, porque existe um valor baseado em seu simbolismo social de lugar de documentação da história de uma sociedade ou de um povo (VIÑAS, 2004, pág. 68). Trata-se de um acervo altocultural, mas que tem reconhecida importância para a sociedade como um todo, como é a Casa da Memória em Florianópolis. A perda desse acervo significaria um golpe à identidade ilhéu.

A perda de uma história

Mais recentemente tivemos a perda de dois importantes imóveis tombados no Brasil, de grande valor patrimonial para a arquitetura e para a sociedade.

O incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, significou sobretudo uma perda humana enorme. Também significou a negação do direito à habitação, do direito à cidade, bem como o desrespeito à luta dos movimentos sociais por moradia digna, por parte dos gestores públicos e dos governantes. Revelou o descaso com o patrimônio arquitetônico, no caso, um edifício moderno tombado em pleno centro da maior cidade sul americana, que

¹² “[...] as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2003, pág. 157).

não só resguardava um pedaço da evolução urbana de São Paulo, mas também a inserção do modernismo no Brasil e na América Latina.

Além dessa tragédia, tristemente, também perdemos o mais importante e completo acervo histórico do país com o incêndio do Museu Nacional. Não é o primeiro; já aconteceu com o Instituto Butantan e com o Museu da Língua Portuguesa. Sinto que, cada vez mais, nos é negado o direito de conhecer nossa história e a história da humanidade, fato que tem nos levado a uma dificuldade de reconhecimento de demandas coletivas, de direitos básicos, de direitos humanos. O descaso com o patrimônio arquitetônico e urbanístico, enquanto matéria e também como receptáculo de documentações importantíssimas, é apenas uma faceta desse desprezo ao que é nosso. Deixar sob o descaso um acervo tão importante quanto o Museu Nacional é negar nossa identidade, é negar o acesso à cultura e à educação, é zombar dos pesquisadores desse país. Não há palavras para descrever a gravidade desse episódio. Analogamente, a destruição dos lugares simbólicos da cidade é também um processo de alienação dos cidadãos. Essa destruição pode ser material, ou pode se dar a partir da tomada do patrimônio pelo turismo e pelo mercado imobiliário, afastando a população daquilo que também é seu.

Em contraste ao que tem ocorrido no Brasil, existem países como o Uruguai e o Chile que anualmente têm uma festividade específica para a celebração do patrimônio nacional. Durante meu intercâmbio em Santiago, em 2017, eu tive a feliz experiência de participar do *Día del Patrimonio Cultural de Chile*, o qual é definido como uma ‘jornada festiva e reflexiva em torno do patrimônio chileno’¹³. Essa jornada, que se caracteriza como um ‘ato celebrativo’ da memória do país, inclui muitas atividades culturais, oficinas¹⁴ e visitas a diversas edificações históricas em todo o território chileno.

Nesse dia, eu vivi a cidade no seu momento mais educativo e civilizatório. Eu vi a cidadania se expandir nas ruas. Como quando as/os estudantes de arquitetura têm a oportunidade de fazer uma viagem de estudos guiada por um educador pelas arquiteturas e conjuntos da cidade. Só que nesse dia, todo mundo faz isso e as pessoas verdadeiramente vivenciam a cidade como obra, lugar de fruição e festa (LEVEBVRE, 2008).

Poder ter acesso a tantos aspectos da memória contida no território urbano é também uma forma de apropriação da obra, do ‘lugar de memória’, como posto anteriormente. Assim, o direito à memória se insere no universo de direitos que garantem o direito à cidade.

¹³ Trecho retirado do texto sobre o dia do patrimônio chileno, disponível em <www.monumentos.cl/servicios/iniciativas/dia-patrimonio-cultural>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

¹⁴ Há uma ampla campanha para difundir as atividades do dia do patrimônio entre as crianças e os jovens e, inclusive, no ano passado, foi realizado o 2º *Día del Patrimonio para niños y niñas*, que acontece em uma data a parte da festividade tradicional. No dia do patrimônio que eu participei, já havia atividades dirigidas às famílias e às crianças, como a oficina de *juguets antiguos*, que veio a se somar à exposição já em cartaz de jogos e brinquedos chilenos e latino-americanos. É interessante como é explorada a diversidade do patrimônio chileno e da memória nacional, que também está presente nas brincadeiras antigas e nos modos de fazer os brinquedos, que eram produzidos artesanalmente.



fonte: lanacion.cl

imagem de divulgação do *dia del patrimonio cultural de chile*, 2017



museo de los derechos humanos, santiago, chile. autor: richard esteban sarzosa.



incêndio no museu nacional, rio de janeiro. fonte: jornaljoca.com.br



esquina das ruas felipe schmidt e trajano, florianópolis, 2018. seleção de fotos do acervo da autora.



esquina das ruas felipe schmidt e trajano, anos 70. nessa época o café senadinho já funcionava. casa da memória.



café amélia (ponto chic), esquina das ruas felipe schmidt e trajano, anos 80. casa da memória.



esquina das ruas felipe schmidt e trajano, 2018. acervo da autora. ao longo dos anos o nome do lugar mudou, mas prevaleceu senadinho.

Senadinho

No dia 1º de fevereiro de 2019, o tradicional Senadinho fechou as portas. O café funcionava desde 1948, na esquina da Felipe Schmidt com a Trajano, que também é conhecida como Ponto Chic. Tradicionalmente, a esquina é afamada por ser um ponto de reunião de figuras públicas e de discussão de assuntos relacionados à vida política.

O Senadinho também é bastante conhecido por um episódio histórico: a Novembrada. No dia 30 de novembro de 1979, o então presidente João Baptista Figueiredo foi tomar um cafezinho no tradicional 'point' da cidade, onde recebeu uma condecoração do grupo de frequentadores do lugar por ser o primeiro presidente do regime a adotar medidas que caminhavam para o fim do período de repressão no país, mas acabou cercado por manifestantes que pediam o fim governo militar. Reza a lenda que um estudante deu uma chapuletada na orelha de Figueiredo e daí a confusão começou, resultando em violência policial e prisões. Depois do ocorrido, o lugar também é chamado de esquina democrática.

É interessante pontuar que a memória do senadinho como tal – o café tradicional onde a vida pública dos homens se desenrolava – pertence, justamente, a um grupo de homens, boa parte já idosos, que lamentam a perda de costumes reconhecidos como 'tradicionais' no centro de Florianópolis.

Um trecho da reportagem do jornal ND Online¹⁵ sobre o encerramento das atividades do Senadinho explicita um pouco dessa memória através do relato de José Ferreira, manezinho de 89 anos, frequentador assíduo do café:

“É lamentável, era um lugar histórico, com preços populares e que foi palco de vários acontecimentos, como o episódio do Figueiredo. A vida no Centro está se acabando, não tem mais as sorveterias, os bons restaurantes, aos sábados e domingos não tem nada. Ficou perigoso andar pelo Centro, onde a gente vinha paquerar as meninas, ver o Carnaval de rua na praça”

Em 2014 o café também fechou, mas foi reaberto em 2015 por um empresário que assumiu o empreendimento por considera-lo de valor histórico para a cidade. Talvez não seja o fim do Senadinho, mas é fato que o grupo que mantém a sua memória tenda a desaparecer.

¹⁵ Café Senadinho fecha as portas no Centro de Florianópolis. Disponível em <ndonline.com.br/noticias/cafe-senadinho-fecha-as-portas-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019.

Não é novidade que a vida pública na cidade, historicamente, é destinada aos homens. Para quem cruza a esquina, é praticamente impossível não notar a forte presença masculina. No dia em que tirei estas fotos, me lembro de um certo acanhamento meu ao me aproximar dos grupos, principalmente daquele que estava acompanhando uma partida de algum jogo de baralho (aparentemente) em torno da mesa com guarda sol. Um dos homens me notou tirando as fotos e sorriu. Foi uma interação tranquila, mas eu lembro da vez em que fui assediada no centro em uma das minhas derivações, por outro grupo de homens. Essas são percepções minhas sobre o lugar, mas que, com certeza, coincidem com a vivência de outras mulheres. A questão é: a memória referente a um lugar é facetada, porque a vivência pra cada grupo e cada indivíduo é distinta. Não só as pessoas experimentam o lugar de formas diferentes, elas têm valores e visões de mundo diferentes.



os jogos de xadrez, dominó e baralho acontecem na esquina do café senadinho e reúnem vários homens de idades variadas

esquina das ruas felipe schmidt e trajano, florianópolis, 2018. acervo da autora.



novembrada. o evento ficou conhecido como o protesto político mais importante registrado em florianópolis

largo da catedral metropolitana, florianópolis, 1979. fonte: flickr.com. autor: Sidney Skiante.

A síntese de tantas inquietações

A centralidade de Florianópolis foi identificada como um acúmulo de documentos – que são objetos no conceito de Milton Santos – e mais ainda, neste trabalho, ela é reivindicada como um **acervo vivo**: os objetos acumulados na cidade acervo são continuamente atualizados e reinseridos na vida cotidiana, bem como na figuração da memória coletiva, que se apega à estabilidade desses objetos.

Ainda, conforme foi exposto, os lugares têm ‘sentidos’ reiterados pela história e passam por processos de continuidade e descontinuidade, identificados como movimentos paradoxais e complexos. No caso dos centros fundacionais, persistir na proteção do sentido do lugar – nos movimentos de continuidade (cabe dizer que mesmo as rupturas podem gerar movimentos de adaptação, resistência ou atualização, e por fim, de continuidade) – significa transferir para o futuro os valores herdados da cidade antiga, sem renunciar a própria sincronia histórica. Existem diversos aspectos da centralidade de Florianópolis – aspectos já explorados e também a serem mostrados – que repactuam essa aliança com a história e reforçam a sua vocação: acessível, democrático, popular, lugar de consumo, de trocas e de fruição, lugar de expressão do direito à cidade e reino do corpo – aspectos que mantêm o centro vivo, o acervo vivo.

Mais além, também foi explorada a importância do corpo nos espaços urbanos, no processo de formação da memória coletiva e na atualização dos lugares a partir das práticas sociais, essas que também agregam identidade à cidade: o espaço vivenciado se fixa na memória coletiva, sendo que a memória precisa do apoio de objetos e pessoas para ser formulada e evocada. Logo, a identidade do centro está no conjunto material e nas práticas do lugar. Foi elucidado que a supressão do corpo gera a perda de sentido dos lugares e, conseqüentemente, a possibilidade de atualização do acervo, que, sem a presença do corpo que o anima, corre o risco de se tornar um documento morto.

[pausa para um delírio]



esquina arcipreste paiva com felipe schmidt, florianópolis, 1986. acervo da autora.

carro



esquina deodoro com felipe schmidt, florianópolis, década de 70. casa da memória.

carro, polícia



rua jerônimo coelho, em frente ao mercado público de florianópolis, 2018. acervo da autora.

carro-polícia



ano de 1973 começando: carnaval. rua felipe schmidt e rua arcipreste paiva, de cima para baixo, florianópolis. repositório digital da UFSC. autor: waldeemar anacleto.



feira do largo da alfândega, florianópolis, 2016. acervo da autora.



lugar de trabalho e lugar de descanso. mercado público de florianópolis, 2016. acervo da autora.



feira do largo da alfândega, florianópolis, 2016. acervo da autora.

**Desdobramentos e objetivos:
mas e aí, o que é este trabalho?**

Finalmente, desdobrar cidade é um movimento de decupagem da cidade acervo. Esse movimento se realiza no ato de desdobrar elementos e objetos da paisagem – em fotografias – do centro fundacional de Florianópolis, revelando narrativas vinculadas às dobras.

Com isto, busco mostrar a paisagem em evolução, cujas transformações – os processos de ruptura, atualização, continuidade, resistência – paradoxalmente permitiram a manutenção do sentido do lugar e a sua contínua reinserção no curso do tempo. Busco também mostrar a vida que anima tais paisagens; o urbano¹ rico e complexo sendo desvelado por entre as dobras da cidade acervo.

Essa experimentação com fotografias foi acompanhada pelo desejo de que este trabalho colaborasse com o acesso das pessoas à memória urbana e que, por conseguinte, atuasse na ampliação do direito à cidade – a essa cidade que eu sempre soube ser capaz de educar.

[re-
pouso]

[pousar novamente]

¹ “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra ‘o urbano’ não podem dispensar uma base sensível, uma morfologia” (LÉFEBVRE, 2008, pág. 55), sendo a “sociedade urbana, a realidade social que nasce à nossa volta” (pág. 11). O urbano seria a projeção da sociedade sobre um local – a cidade, a base morfológica do urbano.

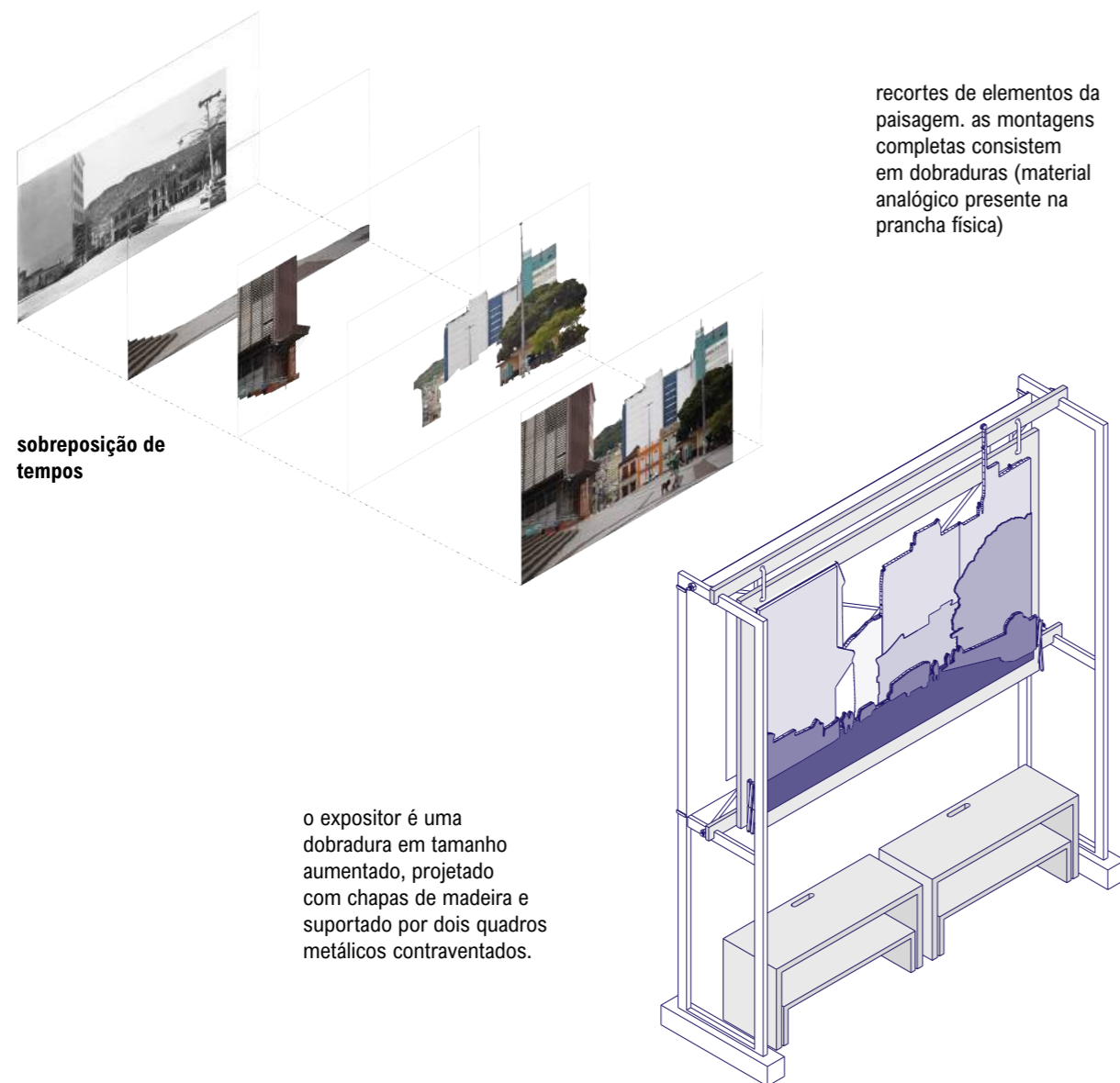
**os postes que querem ser maiores que os prédios
enquanto a cidade dorme
vigiam silenciosos
avenidas luminosas**



**e as casas
mais ou menos antigas
já não sabem mais
de onde vem o sal
que corrói as dobradiças**

fotografia decomposta, registrada desde o aterro mirando a fachada histórica do centro de Florianópolis, 2016. acervo da autora.

Portanto, eu quis que o trabalho ganhasse dimensão na cidade; as experimentações com fotografias evoluíram para um projeto que se apresenta no território de investigação, se aproximando de uma expografia. Não é exatamente uma expografia completa, é uma aproximação e, mais do que isso, é uma identificação que eu fiz da minha proposta com algum tipo de 'categoria projetual'. Também gosto de identificar essa proposta como um ato de transmissão da memória, um momento de celebração da vida urbana.



recortes de elementos da paisagem. as montagens completas consistem em dobraduras (material analógico presente na prancha física)

sobreposição de tempos

o expositor é uma dobradura em tamanho aumentado, projetado com chapas de madeira e suportado por dois quadros metálicos contraventados.

Recortes espaciais e temporais

Os recortes, aqui chamados de itinerários, agrupam um conjunto de montagens, que são as dobras. Estas, por sua vez, consistem em enquadramentos da paisagem, nas quais se encontram em camadas elementos extraídos de fotografias de outras épocas, bem como de imagens atuais.

Cada itinerário contém em si mais de um tempo histórico, considerando a variedade de datas das imagens coletadas. Portanto, o conjunto das dobras conformam uma narrativa que se apresenta transversal no tempo e que tem mais interesse em explorar 'temas' ou 'categorias' do lugar do que em um desencadeamento linear de fatos históricos. Assim, dentre os aspectos observados durante a pesquisa, houve um interesse na busca de registros que mostrem:

- A paisagem natural e construída em transformação:

A morfologia da ilha (mar e morro) como receptáculo do assentamento urbano e como paisagem definidora da cidade e promotora de uma morfologia urbana única, identitária e não replicável;

O conjunto urbano, mais do que arquiteturas isoladas, de modo a perceber mais amplamente essa transformação e como ela pode ser compreendida sob luz da história e dos discursos que impulsionaram mudanças nesse território, bem como os movimentos próprios de expansão da mancha urbana e densificação do centro de Florianópolis.

- A permanência de valores da cidade antiga:

O traçado urbano configurador da rua e dos espaços abertos como lugares de vida urbana. A permanência desse traçado, bem como as vistas e eixos propositalmente projetados na configuração urbana luso-brasileira e as ambiências urbanas resultantes desse desenho, continuam como heranças da cidade antiga nesse território que proporcionaram espacialidades muito próprias e singulares no centro – em especial os largos e praças e suas arquiteturas correspondentes.

- Os lugares de apropriação coletiva:

As espacialidades apropriáveis pelo corpo e, por consequência, passíveis de serem lugares de encontro, de descanso e de trocas, lugares eminentemente públicos, nos quais se apreciam expressões do coti-

diano bem como as apropriações de temporalidade própria, como os eventos e rituais (carnaval, maratona cultural, manifestações) que reivindicam os usos públicos da cidade.

- A vida urbana em evolução:

As práticas sociais e atividades que ali se desenvolvem no presente e as que se desenvolveram no passado. Essa comparação é relevante para validar que existe a persistência de um sentido histórico do centro, ainda que também exista uma grande transformação do conjunto edificado e natural.

Sendo assim, é importante considerar que as imagens são construções e reproduções da memória² – e que a memória também pode ser apropriada e selecionada pelo discurso dominante. Portanto, existem lugares que são pouco documentados mas igualmente importantes para uma apreensão mais completa da história do centro de Florianópolis; o caso do lado leste da Praça XV – a pedreira – é o melhor exemplo de ‘lugar de falta de memória’, considerando a dificuldade em encontrar um acervo fotográfico e, claro, a própria história de abandono e pobreza dessa porção em detrimento do lado oeste da praça. Todavia, lado leste e lado oeste são partes de uma mesma narrativa urbana, sendo que a porção da pedreira não deixa de colaborar na figuração do conjunto identitário do centro fundacional.

²‘memória’ novamente como uma aproximação semântica com ‘história’.



justaposição de fotos registradas em frete ao terminal de ônibus do centro, na avenida paulo fontes, florianópolis, 2018. acervo da autora.

Breve histórico da consolidação da paisagem do centro

A paisagem do centro de Florianópolis sofreu grandes alterações decorrentes das diversas etapas de crescimento e adensamento da cidade; o centro fundador, em relação a outros lugares da ilha, é a porção da cidade que acumula mais marcas do tempo, observadas na paisagem natural alterada pela urbanização e no seu conjunto edificado diverso. Como assinala VAZ (1991), há dois períodos históricos recentes e relevantes: um anterior à modernização da cidade e o período posterior até o presente, sendo que neste último se expressam mudanças mais intensas – um maior acúmulo de objetos, seguindo o conceito de paisagem de SANTOS (1997) – quando a cidade experimentou o mais significativo surto de crescimento e reorganização estrutural em seu espaço, em função da economia regional e nacional.

Primeiro Grande período – até 1930:

Nesse período, a praça é o lugar de maior expressão da vida urbana: marco inicial da ocupação portuguesa, foi o lugar da expressão do Poder Real e da Igreja Católica. Além disso, ela foi o primeiro espaço público claramente definido como abrigo de atividades coletivas do povoado, acolhendo o cotidiano da população dispersa. Em torno da praça, onde havia um domínio primordial do Estado e da Igreja, as arquiteturas representativas desses poderes são o destaque do conjunto, construções cuja monumentalidade e ornamentação são sobressalentes. A presença do poder estatal encontra continuidade no período moderno, mas tende a desaparecer nos últimos 30 anos.

Outros lugares que também abrigam as atividades do povoado são os largos, em especial os lugares de venda e trocas de mercadoria, bem como a extensão da linha do mar, na qual se apreciava uma dinâmica de idas e vindas de pessoas e mercadorias pelos atracadouros. Também, já se consolidava as diferenças sociais e econômicas entre lado leste e lado oeste da praça XV de Novembro.

Moderno tardio – 1930 em diante:

O momento identificado como moderno em Florianópolis se ensaia a partir de 1930 e ganha mais expressão décadas depois; ele é considerado tardio em relação a outras capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Nesse período, o crescimento das cidades, em especial os grandes centros urbanos, tem a marca do funcionalismo que unifica formalmente e uniformiza as estruturas urbanas (VAZ, 1991). Em Florianópolis, o modelo rodoviário impulsionou essas mudanças principalmente a datar

dos anos 60, quando há uma intensa transformação na área central, acompanhada do adensamento da ocupação do solo, assim como da inserção de novos hábitos e modos de vida, condizentes com uma capital moderna. Florianópolis experimenta o surgimento de grandes instalações de infraestrutura urbana, equipamentos públicos, grandes avenidas e terminais urbanos, sendo os aterros da Baía Norte e da Baía Sul e as duas pontes mais recentes – Colombo Sales e Pedro Ivo Campos – expressões fortes dessa mudança. Também se intensifica a extensão da periferia e ocupação mais intensa de áreas descartadas pelo capital imobiliário; mais expressivamente há uma expansão da cidade informal no morro da Cruz, que já acompanhava um processo de ocupação mais antigo.

A aceleração do ritmo urbano se pronuncia na priorização dos deslocamentos – mostrando também a faceta fragmentadora do processo de periferização a nível metropolitano – e na rápida verticalização de áreas centrais. A rotina marcada pela necessidade de circulação de pessoas e mercadorias tende a alterar a dinâmica de ocupação dos espaços públicos, considerando também a cada vez mais acentuada divisão entre trabalho e lazer (VAZ, 1991). Em função dos fluxos, a paisagem urbana também passa a ter como componentes os elementos de comunicação. Todavia, é conveniente ressaltar que, apesar da intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias e do aumento das escalas de deslocamento, o traçado das ruas do núcleo fundacional seguiu conservado, resguardando valores da cidade antiga – a escala do corpo –, em contraponto ao aterro. Aliás, o aterro pode ser encarado como uma alternativa à dilaceração do tecido antigo, caso este fosse modificado para ser adaptado aos grandes fluxos de automóveis.

As transformações no centro que provocaram algum tipo de ruptura, sendo a mais expressiva a descontinuidade do núcleo antigo com o mar (seja pelo rompimento das dinâmicas sociais e econômicas, expressas pelas trocas e pelos fluxos na linha do mar, seja pela descontinuidade da paisagem natural cujos elementos sobressalentes são mar e morro, que já não se apreciam como um todo), também fazem parte da história de um lugar que, em processo de modernização, se desfez de uma herança colonial. Assim mesmo, existem resquícios dessa herança no território e a presença de edificações antiquíssimas, outras menos antigas e outras bem recentes são justamente partes de um único texto urbano, passível de ser lido e compreendido, revelando o movimento de ocupação desse sítio desde seu assentamento primeiro até a atualidade, bem como os processos sociais e econômicos presentes no seu espaço construído. Merecem atenção também

os aspectos da paisagem que se encontram ocultos nas camadas da cidade, como o mar, o Rio da Bulha, os morros e as vistas que alcançavam a ponte Hercílio Luz e o Hospital de Caridade – aspectos que são caríssimos ao assentamento urbano.

Os registros fotográficos que foram explorados na investigação revelam esses movimentos de continuidade e descontinuidade no território do centro: os elementos da paisagem que resistem e os que se perderam, bem como a aspectos da vida urbana, captados nas práticas sociais do lugar. Esses documentos, ao serem confrontados com a realidade atual, podem ganhar vida quando reforçam o sentido do lugar, provando a sua continuidade histórica, ou se tornam documentos pertencentes somente ao passado quando a ligação com o presente se rompe.

vento varre no aterro:

palmeiras
ondulam
sonoras
no mar,
que falta

aterro-solidão.

dia de calmaria,
maré mansa na baía:

(palmeiras nem cochicham)

na companhia umas das outras
permanecem caladas
pouco solidárias
muito solitárias
no aterro

solidão.



palmeiras do parque dias velhos, desenhado por Burle Marx, Florianópolis, 2016. acervo da autora.



competição de regata, florianópolis, década de 20. casa da memória.



competição de fórmula 1, florianópolis, 1986. casa da memória.



manifestação pró golpe, florianópolis, 2016. fonte: g1.globo.com

[pausa
para
outro
delírio]

conto de uma maré verde
e amarela na avenida paulo
fontes em 3 atos:

competição de regata,
1920, quando a avenida
ainda era mar

competição de fórmula 1
na avenida paulo fontes,
em frente ao mercado
público, 1986

[ato 1]

maré de manifestantes
indignados com a tal
corrupção na avenida
paulo fontes, em frente ao
terminal, 2016



[ato 2]

a baía, normalmente
tranquila como qualquer
baía, se agitava, em
torrentes verde e amarelo

uma das equipes, que
vestia vermelho, remava
totalmente desavisada (pois
que em 1920):

– COMUNISTAS!

a maré não hesitou em
tentar derrubá-los. Logo
eles caíram



[ato 3]

e logo, também, a corrida
começava, alguns em
vantagem, se aproveitando
da maré verde e amarela

foi uma corrida bem suja,
com resultados lastimáveis

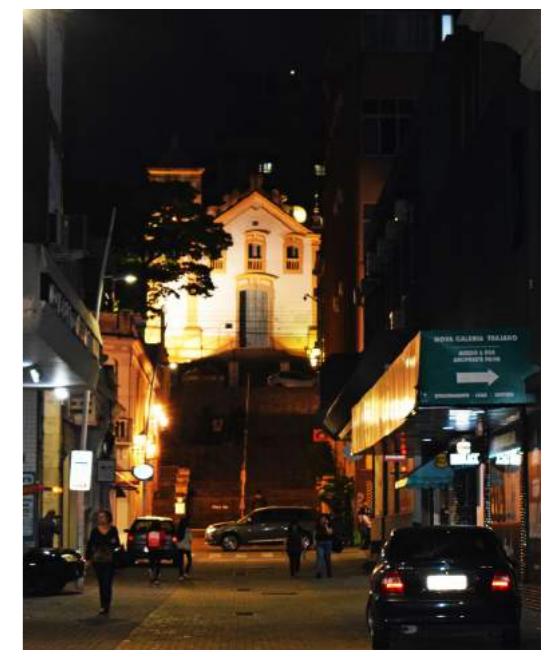


Itinerários e objetivos específicos

Os recortes escolhidos foram o Largo da Catedral Metropolitana, a Escadaria da Igreja do Rosário e o Largo da Alfândega. A intenção aqui não é seguir reproduzindo a imagem apenas dos ‘cartões postais’ da cidade; a escolha dessas espacialidades se deu, principalmente, por serem lugares que proporcionam as apropriações múltiplas dos indivíduos e grupos que dividem e disputam o espaço do centro de Florianópolis. São os lugares de rituais urbanos, de trocas, e de resistência de grupos, espacialidades que ganham novas cores, cheiros, sons, e texturas a cada vez que se transformam em lugar praticado. As práticas do espaço correspondem às camadas efêmeras.

Também, nessas espacialidades foram observados importantes aspectos da morfologia natural e urbana: a trama viária, os eixos, as escadarias e os vazios, bem como os enquadramentos da paisagem na qual se aprecia o acúmulo dos tempos. O natural e o construído correspondem às camadas materiais.

em sentido anti-horário: largo da alfândega (1), largo da catedral (2) e escadaria do rosário (3)



seleção de fotos do acervo da autora.

A seguir, foram selecionados aspectos que eu busco realçar ou descortinar por entre as ‘dobras’ de cada itinerário, baseado no que já foi exposto: analisando as camadas efêmeras e as camadas materiais, bem como os processos de ruptura e continuação, anteriormente apreendidos, que podem ser verificados tanto nas práticas sociais quanto no edificado e no natural. Novamente, quero ressaltar a pertinência do sentido histórico de tais lugares.

Largo da Alfândega

Paisagem circundante – as vistas desse ponto da cidade, anteriormente, alcançavam a ponte Hercílio Luz e o Hospital de Caridade. Desde o largo, se apreciava o mar e os morros ao fundo no continente e na própria ilha, o que permitia uma apreensão global da Florianópolis antiga.

Espaço de troca e de cruzamento de itinerários – as feiras semanais, assim como as que acontecem pontualmente, como a feira do livro, ocupam o largo cotidianamente. Esse espaço também se conforma como uma das ‘entradas’ das pessoas que transitam do terminal para o centro, o que o configura como um lugar de intensa ocupação e passagem. Essa dinâmica se aproxima daquela do período portuário: comércio e fluxos de pessoas e mercadorias.

Largo da Catedral Metropolitana

Paisagem circundante – no eixo da rua Fernando Machado, é possível observar a silhueta do morro, bem como a sua ocupação. No eixo do mar, se alinham as praças Oliveira Pereira e XV de Novembro, sendo que nesta se aprecia o casario oitocentista no lado leste, o Palácio Cruz e Souza no lado oeste, além de algumas edificações que se destacam no contexto da modernização da cidade.

Topografia – o desnível permite que a igreja se destaque no eixo da praça XV em direção ao mar, sendo ela um marco espacial visível de vários pontos do centro (agora não mais tanto). O desnível também coloca o conjunto escadaria e largo como um anfiteatro.

Espaço do ritual – ali, tradicionalmente, acontece o carnaval de rua, a maratona cultural, a virada social, os desfiles de 7 de setembro entre outros eventos da cidade, bem como apropriações de grupos menores, como a capoeira, ou de indivíduos que tomam o lugar para se apresentarem. A praça e o largo da igreja na cidade antiga se caracterizavam como espaços cívicos e de lazer, onde as pessoas

gostavam de ver e de serem vistas. Em Florianópolis se destaca nos relatos antigos o conflito de grupos sociais nesses lugares.

Escadaria do rosário

Topografia – nas escadarias, o relevo do centro é apreciado pelo corpo e os degraus permitem a apropriação do espaço pelos seus usuários. O desnível proporciona um eixo cênico, no qual, de um lado se destaca a igreja e do outro o mar (agora, o aterro).

Resistência negra – apropriações como a roda de samba e a feira afro artesanal renunciam a escadaria (cuja igreja se chama Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos) como lugar próprio da negritude em Florianópolis.

texturas inaudíveis e cores não tateáveis pela interface deste caderno



violinista no largo da catedral metropolitana, florianópolis, 2017. acervo da autora.

O trabalho em questão girou em torno de alguns temas que abarcam a sobrevivência dos núcleos antigos na contemporaneidade, a conservação e o valor de seu patrimônio, de suas espacialidades e de seus marcos simbólicos para a memória coletiva, bem como as políticas patrimoniais adotadas no Brasil. Tudo isso para compreender (e provar) que os núcleos antigos podem ser entendidos, apreciados e explorados como verdadeiros acervos da evolução da cidade, documentos que seguem vivos no devir histórico, resguardando um sentido que apenas esses centros fundacionais tem para as suas cidades. Isto posto, busquei, em um primeiro momento, mostrar como alguns recortes do núcleo antigo de Florianópolis resguardam o sentido desse lugar, mesmo diante de tantas transformações na paisagem. É claro que existem outras tantas espacialidades e paisagens no centro que também merecem esse olhar gentil e cuidadoso, sendo as possibilidades de explorá-las infinitas.

De repente, essa experimentação que eu comuniquei a partir das dobras – dessas coisas tão manuais – ganhou a possibilidade de ser explorada na escala urbana. Nesse sentido, ainda que apenas em proposta projetual, acredito que o trabalho tenha atingido o objetivo de se fazer comunicar na cidade e de celebrá-la. Mais ainda, a proposta projetual reivindica o uso dos espaços públicos da cidade como lugares de educação, cultura e lazer, vocação já (incansavelmente) identificada no centro de Florianópolis. É claro que somente os desdobramentos de uma exposição executada a partir dessa proposta projetual poderiam atestar ou não o seu sucesso. Todavia, é a partir de experiências ricas que são proporcionadas nos espaços da cidade que se garante a conservação desses lugares, porque eles ganham sentido nas consciências individuais e coletivas.

Por fim, aproveito esse fechamento de ciclo para dizer que sou cada vez mais convicta da função educadora que a cidade e, principalmente, as centralidades fundacionais têm. Para mim, foram relevantes as experiências de confronto de realidades urbanas que o centro de Floripa me proporcionou ao longos dos meus 6 anos e meio de moradora daqui, experiências estas que me permitiram encontrar meu lugar diante dos espaços e tempos da cidade e, a partir daí, tornar-me arquiteta e urbanista. Agora, também ganhou relevância para a formação da Luíza urbanista e arquiteta e da Luíza cidadã a experiência de desdobrar cidade, que foi um verdadeiro mergulho pelas camadas do centro de Florianópolis. Aproveito também esse espaço de mais duas ou três linhas para reiterar o meu compromisso com a construção de uma cidade cada vez mais educadora e libertadora (compromisso da Luíza urbanista e arquiteta pactuado com a Luíza cidadã).

[repouso]

[descanso, folga, trégua, pausa]

“A tarefa do urbanismo não é projetar a cidade do futuro, mas administrar no interesse comum um patrimônio de valores [...] históricos, estéticos morais, coletivos e individuais, devidamente reconhecidos e inventariados, ou sedimentados, latentes no inconsciente. Querendo tentar uma definição dessa disciplina flutuante entre estética e sociologia, economia e política, higiene e tecnologia, eu sugeriria a seguinte: o urbanismo é a ciência da administração dos valores urbanos.” (ARGAN, 1992, pág. 233)

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BRANCHER, Ana Lice. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero (Org.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro de. **Jogo de formas híbridas. Arquitetura e modernidade em Florianópolis**. Tese (doutorado em História Cultural). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, 2002.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV: espaço e sociabilidade**. Florianópolis: Editora Letras, 1995.

FREIRE, Cristina. **A cidade e o estrangeiro. Isidoro Valcárcel Medina em São Paulo**. Revista Redobra, PPG-AU/FAUFBA, Salvador, ano 5, n. 13, p. 81 – 92, jul. 2014.

GESSER, Priscila Chamone. **Percurso em poiese do patrimônio de Florianópolis, SC**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, UFSC. Florianópolis, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IPHAN. **Patrimônio histórico e cultural de natureza material. Diretrizes básicas**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2019.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, Daniel Barreto; MACAGI, Carlos Eduardo. **Laguna entre a memória e o discurso do patrimônio: as leituras sobre a 'cidade-documento'**. III Seminário Internacional história do tempo presente. Florianópolis, 2017.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Patrimônio cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980**. Anais do Museu Paulista. v. 24. n.3. set.-dez. 2016.

PEREIRA, Danilo Celso. **Patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI**. Rev. CPC, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAPIENS. Projeto Centro Sapiens. Disponível em: < centrosapiens.com.br>. Acesso em: 23 de julho de 2018.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. **O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis: resenha histórica**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis, SC - 1930 -1960**. Tese de doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2009.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de la Restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.



construção do aterro da baía sul, florianópolis, anos 70. repositório digital da UFSC. autor: waldemar anacleto.



abertura da competição de regata, florianópolis, anos 20. casa da memória.

